

O SÉCULO XX: SUA DELIMITAÇÃO E SEU SIGNIFICADO

Ricardo Ribera*

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA OU HISTÓRIA DO SÉCULO XX?

Um professor universitário encarregado da disciplina história contemporânea deve incluir o século XIX em seu programa ou pode limitar-se a revisar o século XX? Se ele pretende aprofundar minimamente os temas, parece aconselhável concentrar-se na centúria passada. Este critério pedagógico, inspirado na famosa máxima “quem muito abraça pouco aperta”, é muito levado em conta. Justifica por si só a decisão de delimitar os conteúdos suprimindo os temas que estão mais longe de nossa atualidade. Se algo deve ser sacrificado, melhor que se elimine o século XIX, mais distante de nós, logo, menos influente em nosso mundo e nossas vidas. Além disso, a bibliografia dedicada ao século XX já é vasta. Dificilmente consegue-se revisá-la toda no curto período de um ciclo acadêmico. Deve-se, portanto, priorizar o essencial e sacrificar temas em benefício de uma visão de conjunto – o que não deixa de revelar a fragilidade daquele argumento, da “falta de tempo”, para não encarar um programa que compreenda toda a história contemporânea mundial, como em princípio era de se esperar. O critério didático acaba sendo insuficiente.

O segundo critério, a favor da opção pelo século XX, tem mais peso e refere-se ao pretensão caráter “mundial” ou “universal” da história que se quer focar. Segundo a formação tradicional dos historiadores no Ocidente – a que aquele professor recebeu –, a era contemporânea deveria dar conta

do período que começa em 1789. A revolução francesa constitui o limite – diziam eles – que pôs fim à idade moderna e dava início à idade contemporânea. Mas essa visão não pecará por ser eurocêntrica demais? É bastante evidente que para os Estados Unidos, por exemplo, o momento crucial não é 1789, mas 1776, ano de sua independência. Para o conjunto da América Latina, o corte se dá nas primeiras décadas do século XIX, quando a maioria das colônias americanas conquista a independência. O que dizer da África, da Ásia, da Austrália, ou do mundo esquimó, polinésio e micronésio? A tomada da Bastilha foi tão crucial para essas regiões, a ponto de continuarmos sustentando que seus povos entraram na idade contemporânea em 1789? Parece absurdo. A pretensão de universalidade choca-se com essa cronologia de clara filiação européia.

A divisão da história em idades – antiga, medieval, moderna e contemporânea – estabelecida pela tradição ocidental insinua uma idéia de história contemporânea que procede por definir-se pela negação ou exclusão. Ou seja, a idade contemporânea se estabelece em função da negação da moderna. Começa no ponto em que esta termina. No entanto, há outro caminho, o de uma definição “afirmativa”. Esta pode ser a via da inclusão: a da busca por uma definição substantiva do contemporâneo, partindo da reflexão sobre o que este contém ou deveria conter. Ou seja, a definição que dê resposta à pergunta: em que consiste “o contemporâneo” da história contemporânea? Voltaremos a este ponto.

Revisemos primeiro a questão de o início da idade contemporânea ser definido em função do término da moderna. Assim deve ser considerado,

* Doutorando em história social na Universidade de São Paulo (USP).

para sempre? Ou seja, dentro de um ou dois séculos, teremos de seguir contemplando o contemporâneo ancorado no ano 1789 ou em qualquer outra data que escolhermos? Ou é mais conveniente pensarmos a contemporaneidade sujeita a um horizonte cambiante, que se move para frente, e que por sua vez indica a impossibilidade de ser considerada estaticamente? Se o contemporâneo, como dizíamos, começa onde acaba o moderno, por outro lado, não encontra outro limite adiante senão o presente. A contemporaneidade deve ser definida desde este presente “afirmativamente”. Com isso toda história – não só a especialidade denominada história contemporânea – recupera sua origem e seu sentido etimológico original, vigente até o período renascentista: a narração dos feitos partindo-se da observação direta e a entrevista ou o interrogatório a uma testemunha ocular que pode dar fé deles. É o sentido



Michel de Certeau

que Heródoto, Éforo, Tucídides, Tácito, e a maioria dos historiadores gregos e romanos davam à palavra “história”, como destaca Topolsky.¹ Resumidamente: o passado é sempre narrado e analisado a partir do presente, da “presença” que aquele passado conserva no presente.

É do nosso tempo presente, e do que tem presença nele, é desse horizonte da história que se materializa a

perspectiva com que vamos contemplá-la. Não há verdade histórica completa, acabada e imutável, e não pode havê-la, porque esta depende da perspectiva. “O ponto de partida do historiador – recordávamos Michel de Certeau – é constituído de determinações presentes [...] a atualidade é seu verdadeiro começo”.² Nesse sentido, o contemporâneo constitui a essência do histórico, porque é no presente que se define o olhar que dirigimos ao passado, as perguntas que lhe formulamos, as hipóteses que construímos, os problemas que tratamos de resolver. É a partir de nosso mundo que interrogamos os mundos do passado. E só a nós, contem-

porâneos, eles respondem. A história necessariamente será reescrita posteriormente, como sempre, quando nossas inquirições e descobertas já não satisfizerem as inquietações e problemas de alguma contemporaneidade futura. Quando o mundo dela não for mais o nosso.

Mundo histórico este nosso, cujos limites são temporais. Suas fronteiras são determinadas pela limitada

longitude de uma biografia humana, pela possibilidade de contar com testemunhas vivas, de encontrar influências diretas nos antecedentes imediatos dos fatos. Por definição, a história contemporânea, para sê-lo, jamais poderá exceder mais que a extensão de um século. É, portanto, história imediata, de alguma forma. Mais atrás no tempo a história será “mediata”, pelas múltiplas mediações que supõem a distância temporal e a distância ideológico-cultural, a consistência de mundos diferentes ao nosso. Porque, como dizia Hegel, “as estátuas são agora só cadáveres cuja alma vivificadora esfumou-se, os hinos são apenas palavras dos que fugiram da fé”.³ A época muda, e com ela muda todo um mundo de mentalidades e de significados.

Assim, o que foi dito aqui sugere uma correção: em nossos tempos a história contemporânea, “reduzida” a uma história do século XX, deve por sua vez “ampliar-se” à incipiente história do século XXI. Eis um terreno, o da história do tempo atual, em que os riscos de interpretação são maiores, porque o processo está “fazendo-se” e simplesmente não se pode determinar “o que é”. O ser está em plena fluidez, antes de ser fixado pelo tempo, está menos na condição de “ser” que na de “sendo”. As tendências não se exteriorizaram plenamente, e é quando a necessária parcialidade do historiador e sua impossível neutralidade se fazem mais patentes. Afinal o historiador está imerso no material que é seu objeto de estudo, porque sua vida como sujeito pende dele. Suas convicções e seus compromissos ficam na superfície e não podem camuflar-se sob o manto “científico” da neutralidade e imparcialidade com que costuma cobrir-se o historiador “objetivo”, dedicado a um passado já fóssil e que pouco contribui para o debate do presente. Na história contemporânea, como história que por definição é a do tempo presente, a essên-

[...] toda história [...] recupera sua origem e seu sentido etimológico original, vigente até o período renascentista: a narração dos feitos partindo-se da observação direta e a entrevista ou o interrogatório a uma testemunha ocular [...]

cia da história, que é essência social e humana, revela-se como é. Daí o valor de seus produtos, e o valor – no sentido de valentia – que sempre requer de seus produtores. Porque história é biografia. É vida humana. Não se deve esquecer isso.

□ SÉCULO XX COMO SÉCULO HISTÓRICO

Para começar, um paradoxo: o início do século XX foi então festejado a 1º de janeiro de 1901; muitos testemunhos e documentos o atestam. Mas as festividades pelo seu fim e pelo “começo do novo século e do novo milênio” se realizaram a 31 de dezembro de 1999, com inúmeros discursos oficiais, felicitações de chefes de Estado e até bênção expressa do Santo Padre. Pessoas com recursos reservaram vãos e quartos de hotel para esse momento especial, e a economia mundial experimentou um momento de auge, antes de precipitar-se na recessão já anunciada pelos analistas econômicos. Alguns colunistas advertiram o erro, mas não se deu ouvido a eles. Havia muitos interesses em jogo, e convinha promover o consumo antes que a crise econômica mundial obrigasse todo o mundo a apertar o cinto. Jamais se produzira antes um fenômeno de engano mundial tão espetacular como esse. Agora sobrou para a história o problema: oficialmente o século XX aparece como uma centúria de apenas 99 anos. O consumismo do sistema, que devora tudo, tragou também o ano que falta ao século XX: deveria chamar-se “o século incompleto”.

Os avós e bisavós de 1901 é que tinham razão: todos os séculos começam num ano terminado em um, pois não há ano zero na cronologia ocidental cristã. Cristo nasceu no ano 1 de nossa era, definido em função Dele, e esse primeiro século de nossa era foi concluído no ano 100. Todos os séculos acabam num ano terminado em zero. Os nove meses de gestação do menino Jesus – a gravidez da Virgem, pouco referida nas Escrituras, tampouco é desmentida – transcorreram no ano menos um de nossa era. Paradoxal. Não houve ano zero, porque à época a humanidade desconhecia a noção de zero. Não existiria até o século VII d.C., quando foi descoberto (inventado?) na Índia. O que não deixa de ser estranho para nossa mentalidade moderna, acostumada como está a manejar uma série numérica positiva e negativa que começa com zero, e não com a unidade, como foi durante séculos e milênios.

Ainda assim o Ocidente impõe sua própria cronologia e calendário ao mundo, símbolo de sua supremacia, independentemente das inexatidões e confusões que gera. Outras culturas têm as suas, com sua própria lógica, que não necessariamente são inferiores à européia ocidental. A mim pessoalmente o calendário maia sempre pareceu superior. Considero-o mais racional e simples, com seus dezoito meses de vinte dias exatos cada um. Os cinco dias que “sobram” não formavam um mês: significavam cinco dias de festa e celebração pelo final do ano. Uma sabedoria excelente! Muito melhor que essa confusão de uns meses com 30 e outros com 31 dias, intercalados. Exceto julho e agosto, que, apesar de consecutivos, têm ambos 31 dias, como dezembro e janeiro. Sem contar fevereiro, com seus 28 dias se não é ano bissexto, porque aí são 29 dias! Ora, grande racionalidade e superioridade intelectual a do Ocidente! Declaro-me solidário aos nascidos a 29 de fevereiro, vítimas do calendário europeu ocidental, por todos os presentes e festas de aniversário que devem perder, os pobres... Estes sim manter-se-ão, como se costuma dizer, “eternamente jovens”, se se atêm às datas de aniversário “legítimas” que podem comemorar ao longo de suas vidas. Que a ironia sirva para desmascarar a farsa em que nos mantêm, as mentiras que de tanto serem repetidas convertem-se na “verdade” (a astúcia fascista de Goebbels), a base frágil sobre a qual se sustenta o “evidente”. Que isso nos incite a um pensamento mais crítico das inconsistências e mais criativo no necessário exercício de imaginação para inventarmos alternativas e descobirmos vias de solução. A farsa do século XX, simbolizada nessa confusão inicial, não é outra coisa que a do poder que o domina.

Mais complicada do que a análise do tempo calendário será a do tempo histórico. A história tem seu próprio ritmo, seu “tempo”, como a música, o qual não se ajusta (nem tem por que fazê-lo) às balizas que o calendário impõe artificialmente. Apelemos a um exemplo próximo: o ano 1992. Para a história de El Salvador, trata-se do “ano da paz”. Nisso consiste seu significado, pois os acordos de paz e o início do cumprimento deles constituem seu conteúdo mais destacado. Esse as-

Que a ironia sirva para desmascarar a farsa em que nos mantêm, as mentiras que de tanto serem repetidas convertem-se na “verdade” [...]

pecto substancial está conectado com a cronologia, como o conteúdo se relaciona com a forma. De tal maneira poderíamos precisar que 1992, visto como ano histórico, começou dia 16 de janeiro, quando foi assinado o Acordo de Paz. Do mesmo modo podemos considerar que foi concluído a 15 de dezembro, data em que se realizou uma cerimônia oficial com a presença do secretário-geral da Organização das Nações Unidas, celebrando o cumprimento dos acordos mais substanciais do processo de paz. Nessa data-limite o FMLN completava a destruição de seu armamento, a dissolução de suas últimas unidades militares e era inscrito como partido político legal. A Força Armada, por sua vez, procedia à dissolução dos últimos batalhões de reação imediata e à supressão da Guarda Nacional e da Polícia da Fazenda. As reformas constitucionais acordadas na negociação entravam em vigor. O país superava o conflito armado ou guerra civil e entrava numa nova etapa em sua história. Nisso sem dúvida está fundado o significado do ano histórico de 1992.

Pode-se deprender desse exemplo a diferença entre “ano calendário” – de primeiro de janeiro a 31 de dezembro – e “ano histórico”, nesse caso de 16 de janeiro a 15 de dezembro. Ano de exatamente onze meses, a despeito dos doze que o calendário define. A cronologia histórica é determinada pelos fatos objetivos, os acontecimentos substantivos que preenchem um período histórico de conteúdo e de significado.

A cronologia histórica é determinada pelos fatos objetivos, os acontecimentos substantivos que preenchem um período histórico de conteúdo e de significado.

com o período de um século. Novamente o óbvio: seria muita coincidência que em primeiro de janeiro aconteça algo substantivo a ponto de marcar uma descontinuidade que inicie o ano histórico, e o mesmo caberá dizer sobre o ano terminado em um para dar início ao século histórico. O estudo de



Immanuel Wallerstein

Wallerstein nos dá um bom exemplo do conceito “século histórico”.⁴ Esse historiador considera que o século XVI não começou em 1501, mas em 1492, com o descobrimento e a conquista do Novo Mundo. Será o século da formação dos primeiros impérios coloniais – o espanhol e o português – e da largada do capitalismo na Europa, a partir da acumulação do ouro e da prata arrancados das colônias americanas e do auge comercial pela rota marítima aberta rumo à Ásia. Esse século, que começou prematuramente, também foi concluído antes de terminado o ano histórico – na última década, ou seja, em 1590, quando os Estados da península ibérica já não podem sustentar sua hegemonia, ante o crescente poder de outras regiões da Europa, que alcançam seu desenvolvimento financeiro e manufatureiro com o impacto global provocado pela expansão imperial em todo o continente.

Eric Hobsbawm, ao considerar o século XIX como “o século longo”, faz algo parecido, pois em sua opinião o século XIX começou em 1789 e não terminou antes de 1914 (*A era das revoluções: 1789-1848; A era do capital; A era dos impérios: 1875-1914*). Considera o século XX um século “breve”, pois teria começado com a Primeira Guerra Mundial, em 1914, para terminar prematuramente em 1991, quando a União Soviética implode e encerra-se a chamada Guerra Fria.⁵ Essa interpretação, que foi muito difundida, merece que lhe dediquemos atenção mais detida.

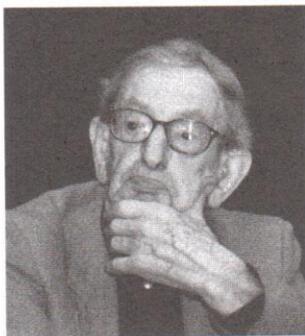
A TESE DO “BREVE SÉCULO” DE ERIC HOBSBAWM

Eric Hobsbawm passou a ser, sem dúvida, o historiador vivo mais lido e influente desde que publicou seu livro sobre o século XX.⁶ A este segue outro, autobiográfico, que amplia e detalha muitas de suas considerações sobre a referida centúria.⁷ Muito rico em matizes, generoso na informação que oferece e profundo nas análises que desenvolve, o autor conseguiu com as duas obras causar grande impacto no público. Ademais, o primeiro foi usado como livro de referência em universidades de diferentes países. Diversos historiadores têm repe-

tido e feito suas muitas das teses de Hobsbawm, entre elas a do “breve século”.

O historiador não explica, nem em *A era do Império (1875-1914)* nem em *A era dos extremos*, as razões por que se deve considerar como parte do século XIX todo o período anterior à deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Cabe supor que privilegia a continuidade no momento de examinar o processo de partilha do mundo entre as potências imperiais e a tendência a um grande choque militar entre elas, uma vez completada essa partilha. Mas não justifica a assertiva de que o momento de ruptura, que marca o salto para um novo período, está em 1914. Se a guerra é resultado da rivalidade imperial acumulada nas décadas anteriores, pareceria mais lógico incluir aquela, resultado do processo, dentro do mesmo período. Isso alargaria ainda mais a duração do século XIX, até 1919, e tornaria ainda mais curto o século XX, mas nos daria uma cronologia mais coerente. Por que na periodização historiográfica os antecedentes imediatos da Primeira Guerra Mundial têm de ser considerados parte do século anterior? Eric Hobsbawm não oferece nenhuma explicação que justifique essa decisão.

Embora injustificada, sua decisão é compreensível se nos atemos a sua interpretação das guerras mundiais. Hobsbawm considera que a Primeira e a Segunda Guerra Mundial devem ser vistas como um só confronto. Razões não lhe faltam. Pelo caráter das contendas, sendo as duas guerras imperialistas, como pelo objetivo último dos envolvidos, a hegemonia mundial, não diferem no fundamental. A Segunda Guerra Mundial consiste em boa medida na reedição da Primeira. É a sua segunda parte. É a tentativa alemã de repetir a história, para dar a ela outro final. A decadência britânica e sua incapacidade de conservar a hegemonia mundial, em especial ante a rápida ascensão econômica e militar alemã, está na base da contenda, tanto em 1914 como em 1939. Mas limitando-se a esse esquema, deixa de fora muitos dos aspectos que distinguem uma guerra da outra. Os aliados da Inglaterra e da Alemanha não são exatamente os mesmos. E, sobretudo, na Primeira Guerra Mundial falta o elemento ideológico que é tão determinante na segun-



Eric J. Hobsbawm

da: o fenômeno dos fascismos frente às repúblicas liberais, assim como do bolchevismo consolidado na Rússia de Stálin.

Há também outro detalhe que contradiz a tese de uma só guerra mundial, de 1914 a 1945: o cronológico. As duas guerras duram aproximadamente o mesmo, uns cinco anos, mas estão separadas por um longo período de vinte anos. Duas décadas

exatas, de 1919 a 1939, que a história caracterizou como “período de entre-guerras”, muito ricas em acontecimentos de todo tipo, políticos, econômicos, técnicos, culturais, ideológicos e demográficos. Ao acentuar a identidade entre as duas conflagrações mundiais e diminuir a importância ao conjunto de transformações ocorridas nas duas décadas que transcorrem entre uma e outra, arrisca-se a deixar de lado muitos dos matizes que permitiriam melhor apreciação do avanço do processo histórico e a verificação das tendências que estão presentes ao longo dele.

A posição assumida por Hobsbawm lhe permite desenvolver uma visão sintética de todo o século XX que poderia ser resumida assim: à “longa guerra mundial” de 1919 a 1945 sucede um novo período de confronto, a Guerra Fria, no qual mantém-se o caráter muito ideologizado do conflito e sua motivação última, que reside no controle da hegemonia mundial. O título da obra se desprende dessa leitura. Trata-se da “era dos extremos” por causa desse componente ideológico, que fanatizou a política e permitiu mobilizações de massas sem precedentes na hora de disputar o poder mundial.

De alguma maneira, a Guerra Fria prolongaria o longo confronto dos dois episódios bélicos anteriores. Mas ao mesmo tempo é uma guerra nova, diferente, pois representa a competição entre duas ideologias e dois sistemas socioeconômicos, o socialismo e o capitalismo. Hobsbawm não põe em questão que o socialismo real pode não ser um sistema socioeconômico alternativo, o que é compreensível, dada sua filiação teórica ao marxismo e sua

Há também outro detalhe que contradiz a tese de uma só guerra mundial, de 1914 a 1945: o cronológico.

militância política na ortodoxia do PC britânico, que ele nunca escondeu.⁸ Mas esse compromisso pessoal, elogiável em certo sentido, não deixa de incidir na maneira distorcida com que contempla o conjunto do século XX e na importância central que outorga ao fenômeno da Guerra Fria. Em sua interpretação a importância histórica do fenômeno fascista é diminuída em comparação com a do bolchevismo – este sim representa para ele uma etapa histórica qualitativamente nova. Todo movimento de descolonização, de lutas de libertação nacional e de revoluções antiimperialistas, que são de vital transcendência para o Terceiro Mundo, ficam fatalmente em segundo plano na interpretação que impõe a tese do “breve século”.

Hobsbawm foi dos primeiros em apressar-se a declarar terminado o século ao constatar que a queda do Muro de Berlim, o desmembramento da União Soviética e a derrocada do chamado “socialismo real” na Rússia e em todo o Leste Europeu representava o fim da Guerra Fria.⁹ Terminada esta, conclui-se o século XX. Eis a tese. Portanto, o século XX consistiu essencialmente nas duas conflagrações mundiais e no confronto das duas superpotências, que representava a luta entre socialismo e capitalismo. Todo o resto deve

As populações da Ásia, África e América Latina, que representam quatro quintos da humanidade, [...] são também vistas perifericamente na análise de Hobsbawm [...]

ser explicado a partir desses eixos, pano de fundo e determinação última de qualquer outro aspecto do processo histórico. Essa interpretação pretende-se de validade universal, dado o alcance mundial dos acontecimentos postulados como determinantes. É desde logo uma interpretação que responde às inquietações e obsessões do Ocidente, ou seja, Europa e Estados Unidos, mas que dificilmente vai lograr que os povos do Sul se vejam refletidos nela. As populações da Ásia, África e América Latina, que representam quatro quintos da humanidade, consideradas periferia do sistema, são também vistas perifericamente na análise de Hobsbawm, para quem o centro da história contemporânea situa-se nas disputas ocorridas no centro do sistema.



Stálin

Não se trata de diminuir os méritos ou a validade da análise do historiador britânico, mas de criticar a perspectiva eurocêntrica da qual estende sua visão à centúria passada e mostrar a necessidade de se desenvolverem outras perspectivas que, partindo do Sul, possam aspirar a uma leitura mais universal dos acontecimentos. Para isso, deve-se fazer um balanço da interpretação que nos chega

do mundo desenvolvido, para podermos estruturar a dos países em vias de desenvolvimento ou francamente marginalizados. O esforço de superar a dependência de nossas regiões – que é econômica, política e ideológica – passa também pelo de vencer a dependência intelectual em que facilmente caímos quando nos limitamos a repetir as idéias que nos chegam do Norte, sem nos atrevermos a pensar com a própria cabeça. Motivados por essa necessidade e urgência, vamos proceder aqui à revisão crítica das teses de Eric Hobsbawm, com total respeito intelectual, mas sem concessões na análise.

OBJEÇÕES ÀS TESES DE HOBBSAWM

Primeiro vale destacar uma inconsistência na proposta de periodização do historiador britânico: não há correspondência entre as datas que ele propõe para marcar o final e o início do século. Se fica estabelecido que o século termina com a conclusão da Guerra Fria, marcada pelo colapso do “socialismo real”, deveria-se conseqüentemente considerar que teve início em 1917, porque o triunfo da Revolução Russa representa o começo do socialismo como realidade histórica e não mais como simples construção teórica. Assim o historiador daria coerência a uma cronologia adequada ao conteúdo, centrado no confronto entre os sistemas. Isso acaba tornando-se essencial para a noção de “século histórico” que já explicamos: a periodização depende do significado que atribuímos ao período, de seus conteúdos e de sua interpretação. A forma se ajusta então ao conteúdo. Mas não se ajusta ao estabelecer o início da Primeira Guerra Mundial, 1914, que não guarda relação com o final, nem com a “leitura” que ele faz do século.

A “solução” de substituir 1914 por 1917 apresenta, no entanto, vários inconvenientes. Em primeiro lugar porque, mesmo que a Revolução Russa em parte se inscreva na história mundial ou pelo menos na política internacional, pois é inseparável do marco da Primeira Guerra Mundial em que a Rússia foi envolvida pelo czarismo, por outro lado é incompreensível fora da história russa. Os antecedentes nacionais e classistas, em especial a história do marxismo russo e da socialdemocracia russa, são tão determinantes ou mais que a especial conjuntura que se perfilou em nível internacional com a Primeira Guerra Mundial. Dessa perspectiva da história nacional, 1917 remete imediatamente para trás: a 1905, à primeira revolução de massas sem a qual dificilmente se pode imaginar a derrubada do czar em fevereiro de 1917 e o triunfo da revolução proletário-socialista em outubro do mesmo ano. Por sua vez, 1905 implica 1903, a fundação do Partido Operário Social Democrata Russo, POSDR, no II Congresso, e a imediata cisão entre mencheviques e bolcheviques. Finalmente pode-se retroceder ainda a 1898, ano do primeiro Congresso do POSDR, a verdadeira largada do processo de revolução na Rússia, na opinião de Hobsbawm tão decisivo para se interpretar o século.

Se renunciamos a esta linha cronológica de antecedentes para ficarmos com o ano de 1917 como início do século, agrava-se a questão de sua “brevidade”, o que em si é um problema, o segundo dos que queremos examinar. Com efeito, ainda que a idéia de “século histórico” implica que este não se ajusta ao todo, nem à cronologia do calendário, nem exatamente aos cem anos que definem a centúria, deve ao menos aproximar-se deles. Acaba tornando-se inaceitável o procedimento de Hobsbawm, que não só usa, mas abusa do conceito de tempo histórico. Ele o fez com o século XIX ao delimitá-lo entre 1789 e 1914, convertendo-o num século de, nada menos que 125 anos! Volta a fazê-lo ao atribuir ao século XX apenas setenta e sete anos, os que vão de 1914 a 1991. Ou seja, está escamoteando vinte e três anos ao século XX, quase sua quarta parte! O fato de o século histórico não ter os cem anos exatos do século calendário não deve significar que se pode agregar tantos anos



Gorbachev

ou subtraí-los, a ponto de deixar de corresponder à definição que identifica século com centúria.

O século ficaria ainda mais curto se analisamos o verdadeiro final da Guerra Fria, ou seja, o fim do confronto Leste/Oeste e da competição socialismo/capitalismo. Deve-se situá-lo em 1985-1986, quando Mikhail Gorbachev anunciou a *perestroika* e os princípios para a cooperação entre os dois sistemas. Ante a existência de “problemas globais”, o líder soviético proclamava que, antes de colocar como questão se a humanidade no futuro viverá no socialismo ou no capitalismo, havia uma pergunta prévia e mais fundamental: se haverá humanidade. A gravidade dos problemas ecológicos, do armamentismo, dos acidentes nucleares, etc., fazia com que o tema da sobrevivência da humanidade fosse real e urgente. O mais importante: todos os problemas “globais” existem para os dois sistemas, não respeitam fronteiras nem distinguem ideologias. A política de cooperação punha de fato fim à Guerra Fria. Teve credibilidade, a ponto de o presidente Reagan renunciar ao programa de defesa espacial que ameaçava relançar a corrida armamentista. A *perestroika* chegou tarde para salvar o socialismo soviético e este desabou, dando a falsa imagem de um “triunfo” dos Estados Unidos e de esse “triunfo” marcar o final da Guerra Fria.¹⁰

Em terceiro lugar, uma objeção mais substancial e que parte de uma constatação tão óbvia que facilmente pode passar despercebida, pois o evidente muitas vezes é o mais difícil de se ver. Trata-se do seguinte: o final do século XX deve constituir o início do século XXI. De tão lógico, é facilmente olvidável. Hobsbawm sustenta a tese de que o século passado foi concluído em 1991 baseando-se na própria interpretação, mas não procura olhar para a outra face da moeda a fim de comprovar essa afirmação. Deveria verificar se os acontecimentos a partir dessa data mos-

A gravidade dos problemas ecológicos, do armamentismo, dos acidentes nucleares, etc., fazia com que o tema da sobrevivência da humanidade fosse real e urgente.

tram as transformações qualitativas que permitem afirmar que a história entrou numa nova etapa, num novo tempo histórico, num novo século. Não o fez novamente por ter se precipitado, porque não deixou transcorrer o tempo providencial e não revisou as novas tendências. Tinha pressa em publicar seu livro e conseguiu que fosse o primeiro sobre o conjunto do século XX a sair no mercado. Isso contribuiu para que se convertesse em sucesso de vendas. Mas seu valor historiográfico ficará sujeito ao juízo do tempo. À medida que este avança, pode ser que continue sendo discutível se o século XX terminou ou não em 1991, mas vai ficando cada vez menos verossímil a idéia de que o século XXI tenha começado com o desaparecimento da União Soviética e o fim da Guerra Fria. As grandes mudanças no cenário mundial, esperadas por muitos, fruto desse acontecimento, não se produziram.¹¹

Nem o mundo tornou-se um lugar mais seguro, nem desapareceu a corrida armamentista, tampouco acabaram as guerras. Pelo contrário. Tampouco o planeta avançou a um mundo multipolar depois de eliminada a bipolaridade que o havia dividido. Longe de atenuar o imperialismo e a feroz competição pela hegemonia, o problema recrudescceu ante a crua realidade de um mundo unipolar, com uma única superpotência dominando-o. Não se pode dizer ainda que o fim da Guerra Fria tenha significado o triunfo da democracia e dos

“O mundo mudou” – proclamava o presidente George W. Bush – “nada mais voltará a ser como antes”.

valores ocidentais no mundo. Como não é certo que a desenfreada globalização atual, que deriva daquela leitura histórica da derrota do socialismo, traga solução aos problemas do desemprego, exclusão, fome e desigualdade no planeta.

Não é que todas as considerações de Hobsbawm sejam unilaterais ou otimistas, pois na verdade ele vislumbra e previne muitas nebulosas no horizonte. Mas sua interpretação global abre caminho a essas elucubrações, em consonância com a propaganda do “fim da história” de Francis Fukuyama.



Francis Fukuyama

Deve-se estar atento a essas elucubrações. As calamidades políticas do século XX não cederam passo a um mundo mais ordenado, pacífico e tranqüilo, mas a um novo tipo de desordem, agressão e incerteza. E, pelas mesmas considerações que fazíamos no início deste artigo, deve-se olhar o século passado da perspectiva que nos impõe o século XXI, a que já demos início. Fazer uma leitura alternativa da centúria passada implica dar mais importância a este ponto de vista que se situa no presente, em vez de aquele que prioriza como foram percebidos os fatos pelos seres humanos que os viveram e protagonizaram naquele momento. Aquele passado para eles era presente. Não é mais. E não pode mais voltar a sê-lo. De agora em diante será a partir do presente, dos sucessivos presentes que aqueles tempos do século XX serão avaliados. Eles requerem uma interpretação renovada.

UMA INTERPRETAÇÃO ALTERNATIVA À DE HOBBSAWM

Fica cada vez mais clara para a maioria dos analistas e historiadores a idéia de que o século XXI começou com o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001. “O mundo mudou” – proclamava o presidente George W. Bush – “nada mais voltará a ser como antes”. E, pelo menos nisso, deve-se dar razão a ele. À transcendência dos fatos traumáticos do 11 de setembro, tanto como ataque aos símbolos de poder da superpotência estadunidense, quanto como expressão máxima do fenômeno terrorista, deve acrescentar-se a reação dos Estados Unidos, que consideraram “um ato de guerra” a agressão e deram a correspondente resposta em forma de “guerra mundial contra o terrorismo”. Duas guerras consecutivas, a do Afeganistão e a do Iraque, qualificadas por muitos como uma variante do terrorismo de Estado, e um amargo rosário de novos atentados terroristas em diversas partes do mundo fizeram com que esse eixo terrorismo/anti-terrorismo venha presidindo a história, não só a política, durante o período que já vivemos do século XXI. Situa-nos numa nova etapa.

Se o 11 de setembro e suas conseqüências determinam o início do novo século, deve-se ler o final do século XX partindo-se dessas coordenadas.

O legado que este deixou, o que gerou, o que vinha conformando-se é o que estamos vivendo agora. A nova perspectiva em relação ao século anterior deve assentar-se nessa herança, centrando-se nas tendências que o processo histórico revela em seu desenvolvimento. Por que exatamente os Estados Unidos foram atacados? Claramente porque o século XX deixou-os numa indiscutida e indiscutível situação de país hegemônico. “A pergunta que deveríamos nos fazer – exclamava o bispo de Boston pouco depois dos terríveis atentados – é: por que nos odeiam tanto?” Importante que se coloque esta interrogação ao público norte-americano. Entretanto, fora dos Estados Unidos a pergunta parece irrelevante, pois a resposta é quase óbvia. Considerados como a encarnação do imperialismo, logicamente provocam em muitas de suas vítimas senão ódio, pelo menos animosidade em muitas partes do mundo. De modo algum isso justifica ou desculpa a atrocidade cometida pelos terroristas. Mas a questão sobre suas motivações deve ser colocada. Como quando se constata com tristeza que houve quem se alegrasse e comemorasse os atentados. Temos de entender o que os Estados Unidos simbolizam hoje no mundo para darmos conta dessas questões e tentarmos compreender o que está acontecendo.

O século XX, visto do seu ponto de culminação, bem pode ser caracterizado como “o século do imperialismo”. O século XIX culminava, segundo a expressão de Hobsbawm, na “era do império”. Portanto, do ponto de vista do que vinha sendo gestado, o conjunto dessa centúria poderia ser denominado “o século dos impérios”. A caracterização do XX como “século do imperialismo” indica que é visto como um novo momento no processo de desenvolvimento do capitalismo. A dominação difusa, mediante o controle do mercado e dos fatores do predomínio econômico, acompanhada da presença e do uso da força militar constituem a essência do fenômeno imperialista que vem “modernizar” e “racionalizar” a velha dominação por meio da administração direta de populações e territórios no esquema dos impérios coloniais. Custoso e irracional, esse esquema é substituído pelo modo de dominação do imperialismo, que combina a independência formal dos países com a dependência real de suas economias. O imperialismo, modalidade contemporânea de exploração da periferia pelo centro do sistema, consegue abrir caminho ao longo do

século XX, constituindo-se no fenômeno mais crucial da nova era histórica. Tal triunfo deve-se ao fato de haver uma potência concreta, Estados Unidos, e uma ideologia política definida, a democracia liberal. Em nome da liberdade e da democracia, em nome até dos direitos humanos, impõe-se ao mundo a nova hegemonia: *made in USA*.

Assim, se o século XX é o do imperialismo, é também ao mesmo tempo o da ascensão e do auge da potência norte-americana na conquista da hegemonia mundial. Foi “o século dos Estados Unidos”. Está por confirmar-se se continuará sendo assim no século XXI ou se este século marcará a época de sua decadência e superação. Nisso assenta-se a principal contradição de nossa época. Mas revisando o século XX sob essa ótica fica muito claro o avanço irrefreável dos Estados Unidos ao longo de toda a centúria. Nos seus primeiros anos já eram a maior economia do mundo; vencendo uma tradicional tendência isolacionista e anticolonialista, os líderes conduziram seu povo a uma progressiva intromissão nos assuntos internacionais até arrastá-lo ao militarismo e ao belicismo. As duas guerras mundiais são exemplos concretos disso. Em ambas, a contradição derivada da manifesta rivalidade britânico-germana acaba sendo superada por este ator imprevisível, que no fim conseguirá alçar-se com a verdadeira supremacia. Os Estados Unidos são os grandes vencedores das duas contendas mundiais. A Grã-Bretanha, apesar de estar no lado vencedor, sai como a grande perdedora e jamais poderá recuperar o predomínio de antes no cenário mundial. Na primeira metade do século se arregimenta a nova realidade da hegemonia estadunidense. Na segunda metade, consolida-se esse fato e se revelará a natureza militarista e imperialista de seu “destino manifesto” em nível mundial. Depois de décadas de Guerra Fria e competição com a União Soviética, tema a que vamos voltar adiante, emerge como o vencedor incontestável, disposto a impor seu predomínio sem hesitação.

Da síntese do conteúdo e do significado do século XX é que deve depreender-se a resposta à pergunta sobre a data que marca o seu início. Para

[...] em nome até dos
direitos humanos, impõe-se
ao mundo a nova hegemonia:
made in USA.

construir essa periodização histórica, basta-nos um momento ou acontecimento que seja simbólico do processo que se abre à continuação, com respeito ao novo papel dos Estados Unidos e de sua política imperialista, de forma que essa data seja coerente com a do final e com o conteúdo do período histórico delimitado por elas. O historiador opera com relativa liberdade na hora de escolhê-la. Se nos atemos ao ditame de outro historiador do século XX: “1885, 1895, 1900, 1901, 1905, 1914, 1917, 1919, ou também no limite e de forma mais provocadora, 1945 [...] o historiador pode escolher, entre muitas datas, qual determina o início do século XX. Todas têm um sentido”. Com essas palavras Marc Nouschi começa seu livro, notável em muitos sentidos.¹² É uma resposta indireta ao postulado de Eric Hobsbawm. Entretanto, nenhuma das datas alternativas que ele propõe nos satisfaz plenamente. Revisando seu próprio quadro cronológico encontramos o ano que em síntese responde a nossas buscas. Diz Nouschi de 1898:

Estados Unidos controlam Cuba e Filipinas, anexam Porto Rico depois de vencerem a guerra contra a Espanha. Um ano mais tarde, por ocasião da divisão da China em zonas de influência, Estados Unidos formulam a “doutrina de portas abertas”, que afirma a liberdade de comércio internacional, a promoção da paz e da democracia universal.¹³

Tanto o tema dos direitos humanos e de sua defesa [...] como o do descobrimento da radioatividade, antecedente necessário para a bomba atômica e para o uso pacífico da energia nuclear, são significativos para encontrarmos certas chaves do século XX.

Síntese excelente do que constitui a nova atitude das elites de poder estadunidense e o início de sua expansão militar pelo mundo. Às bases militares que instalará nesses países, arrebatados do domínio colonial espanhol, somam-se as do Havaí, integrado como novo Estado da União após plebiscito forçado com a população nativa, e Alasca, após os Estados Unidos pagarem o preço estipulado pelo czar.



Pierre e Marie Curie

Data que é antes de tudo simbólica, porque reflete o início de uma nova atitude e uma ambição até então desconhecida pelos Estados Unidos, 1898 representa em nossa opinião o ano do início do século XX, que se estende até setembro de 2001. Ou seja, um século pouco mais longo que uma centúria, em três anos e alguns meses. Poderia dizer-se que é um século histórico “bastante normal” no que refere a sua extensão. E, sobretudo, coerente, uma vez que é um período histórico que acaba com uma clara delimitação e um conteúdo definido.¹⁴

A data de 1898 contém um par de curiosidades que completam seu valor simbólico. No resumo cronológico de Nouschi também se pode ler: “Criação em Paris da Liga pelos Direitos Humanos, que adquire grande notoriedade”. Do mesmo ano, no item “civilização”, o autor destaca: “Pierre e Marie Curie revelam a existência de um novo elemento a que chamam rádio, por causa de sua propriedade de emitir radiações”. Tanto o tema dos direitos humanos e de sua defesa, que atravessará todo o século, como o do descobrimento da radioatividade, antecedente necessário para a bomba atômica e para o uso pacífico da energia nuclear, são significativos para encontrarmos certas chaves do século XX. De modo que, sem recair num novo eurocentrismo nem numa atitude parcial agora pautada no Terceiro Mundo, reforça a importância dessa data para ter uma visão universal do século. Determinamos seu conteúdo e significado partindo do final para, por último, num terceiro momento, definirmos qual é o momento que marca a largada. Do presente até o passado, este foi o movimento teórico.

UMA INTERPRETAÇÃO DO PONTO DE VISTA DO SUL, MAS AO MESMO TEMPO UNIVERSAL

Como pôde ser comprovado historicamente, em 1898 o poder político e a imprensa dos Estados Unidos utilizaram conscientemente o incidente do Maine – encouraçado norte-americano fundeado no porto de Havana cuja explosão, soube-se depois, foi acidental – para agitar a opinião pública e mobilizá-la em favor da declaração de guerra à Espanha. Duas semanas mais tarde, a grande po-

tência obtém uma vitória fácil, sem nenhuma baixa de seu lado, e se apodera das Filipinas, de Cuba e de Porto Rico. Este primeiro impulso colonial logo foi retificado: não interessava aos Estados Unidos substituir a Espanha no controle e na administração desses territórios. Estavam interessados na garantia do acesso a essas economias e a seus mercados

e, em segundo lugar, em instalar bases militares permanentes a fim de proteger os interesses estadunidenses nessas regiões e estar em capacidade de intervir militarmente de maneira imediata. O exército norte-americano abandonava suas características estritamente ligadas à defesa de seu território e se deslocava para estar presente em diferentes pontos do planeta. Se Monroe havia declarado “América para os [norte] americanos” no século XIX, o século seguinte começava estendendo essa idéia ao conjunto do planeta.¹⁵

O povo norte-americano era, entretanto, reticente a essa vontade imperialista de suas autoridades e olhava com repugnância as práticas colonialistas das velhas potências européias. Seu próprio passado como colônia britânica e seus ideais de independência eram uma forte base para sentimentos antiintervencionistas e até pacifistas. Não foi fácil ao poder político arrastar o povo estadunidense à Primeira Guerra Mundial. A denúncia de vítimas civis em navios mercantes afundados pela armada alemã foi amplificada pela imprensa, assim como a simpatia pelo povo britânico para que se tornasse aceitável a entrada na Primeira Guerra. Para a Segunda, tudo foi mais fácil: foi o Japão que atacou de surpresa em Pearl Harbor, e o próprio Hitler que declarou guerra aos Estados Unidos. Dessa vez o apoio da população ao esforço de guerra foi unânime e total. Nos dois casos, a potência estadunidense foi a única que enfrentou a contenda longe de seu território. Nenhuma bomba caiu em solo norte-americano, nenhuma cidade foi afetada, sua infra-estrutura de produção saiu incólume da guerra. Além disso, o esforço de guerra foi crucial para tirar a economia da profunda crise que se arrastava desde o início da Grande Depressão.

O Presidente Eisenhower declararia, preocupado ao término da guerra, que havia surgido um “complexo militar-industrial” que exercia forte



Eisenhower

pressão para manter elevados os orçamentos de defesa e que havia se tornado importante dinamizador econômico e fonte de muitos milhares de postos de trabalho. Interessava a esse setor a existência de novos focos de tensão no mundo, que justificariam as inversões em armamento. Sob o esquema imperialista, os Estados Unidos submetiam extensas re-

giões do mundo à dependência, mas ao mesmo tempo sua própria economia era dependente do armamentismo. Para o sistema, em tempos de imperialismo, era lógico que o setor econômico determinasse as políticas e condicionasse as ideologias. A Guerra Fria daria resposta à necessidade de um inimigo que justificasse a nova estratégia imperial.

A Guerra Fria vai gerar uma grande ilusão, que não convém nem aos Estados Unidos nem ao seu rival soviético desfazer: a da suposta existência de “duas superpotências”. Estados Unidos e União Soviética não são comparáveis, nem pelo tamanho de suas economias, nem pelo grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, que incluem desde logo a tecnologia de ponta. Apesar de seu notável esforço de industrialização e modernização, contando com sacrifícios incriveis de sua população, pela paranóica obsessão de Stálin de “alcançar o mundo capitalista desenvolvido” em poucas décadas, a atrasada Rússia não podia rivalizar com a potência norte-americana. O equilíbrio militar ou até a dianteira conseguida pela URSS na corrida espacial não deveriam ter confundido os analistas ao compararem as duas economias. A União Soviética era, sem dúvida, uma potência no final da Segunda Guerra Mundial, mas nunca uma “superpotência” que pudesse equiparar-se ou rivalizar com a “hiperpotência” que os Estados Unidos representavam. Logo ultrapassada até pelos países derrotados na contenda mundial, Alemanha e Japão, a URSS não podia objetivamente aspirar a competir pela hegemonia mundial. Mas

Sob o esquema imperialista, os Estados Unidos submetiam extensas regiões do mundo à dependência, mas ao mesmo tempo sua própria economia era dependente do armamentismo.

Na África, Ásia e América Latina grande número de iniciativas e confrontos tem esse denominador comum, de serem processos de luta antiimperialista.

aquela ideologização do período da Guerra Fria contribuiu para um diagnóstico que era essencialmente falso. Tanto Stálin como seus herdeiros viam, satisfeitos, como o quadro da Guerra Fria lhes oferecia a oportunidade de serem vistos com respeito ou até de inspirarem medo. Toda aquela ficção foi derrubada como um castelo de cartas depois das bravatas de Kruschew e da arrogância de Breznev e o intento reformador de Gorbachev já não podia salvar o “colosso soviético” da profunda crise econômica, social, política e moral em que se debatia.

Se foi o século do imperialismo, é, por isso mesmo, o século das lutas antiimperialistas. Não poderia ser diferente. A revolução na Rússia (elo mais fraco da cadeia imperialista, segundo a fórmula de Lênin), a revolução chinesa e muito claramente a de Cuba e a do Vietnã deram-se todas elas na chave do antiimperialismo. A bandeira do socialismo, que era alçada nos referidos processos revolucionários, não deve obscurecer a realidade de serem todos eles movimentos de luta e de resistência ao fenômeno do imperialismo. Por extensão, muito ligados às lutas empreendidas por outros povos em diferentes latitudes. Na África, Ásia e América Latina grande número de iniciativas e confrontos tem esse denominador comum, de serem processos de luta antiimperialista. Pode-se construir essa interpretação alternativa do século XX do ponto de vista do Sul. Ela tem maior alcance e é mais universal que as que nos chegam do Norte. É mais que uma questão de nuance, é questão de perspectiva. Assim, o século XX é, para muitas regiões, o século da descolonização e da conquista da independência política. Ao mesmo tempo, é o tempo das novas dependências, do neocolonialismo, do fracasso dos incipientes Estados e da migração cada vez mais massiva de suas populações. Globalizados, capturados na rede imperialista do mercado mundial e da dependência das tecnologias e investimentos, a independência acabou revelando-se uma falsa vitória ante a realidade do imperialismo. O balanço do século XX e de seus resultados marca a agenda de

tarefas pendentes e de desafios para o século XXI. E a história pode ajudar a defini-la.

NOTAS

- ¹ Topolsky, *Metodología de la historia* (Madri: Cátedra, 1992), pp. 48-49.
- ² Michel de Certeau, *La escritura de la historia* (México: Univesidad Iberoamericana, 1985), p. 25.
- ³ Ribera, *Para leer a Hegel: filosofia para principiantes* (San Salvador, 1998), p. 91.
- ⁴ Wallerstein, *El moderno sistema mundial* (México: Siglo XXI, 1984).
- ⁵ Cf. *The Age of Extremes* [Edição brasileira, *A era dos extremos* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995)].
- ⁶ Afirmou-se que é “o historiador vivo mais conhecido do mundo” (ver Orlando Figes, *apud* J. Fontana, “Prefácio”, em Eric J. Hobsbawm, *Entrevista sobre el siglo XXI* (Barcelona, Crítica, 2000)).
- ⁷ Eric J. Hobsbawm, *Años interesantes: una vida en el siglo XX* (Barcelona: Crítica, 2003) Anos interesantes: uma vida no século XX”; Barcelona: Crítica, 2003) [Edição brasileira, *Tempos interesantes: uma vida no século XX* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002)].
- ⁸ Isso é cada vez mais discutido, no mesmo sentido que o próprio Lênin, ao advertir seus correligionários, havia observado: “o que estamos construindo ainda não é socialismo; é, e será por muito tempo, apenas capitalismo de Estado”. Por exemplo, I. Ellacuría considerava que capitalismo e “socialismo real” eram dois modelos do mesmo sistema, da mesma civilização, um era capitalismo privado, e o outro, capitalismo estatal.
- ⁹ Hobsbawm é claro em *Entrevista sobre el siglo XXI*: “Em termos de política internacional, em termos de ideologia, é perfeitamente visível que o fim dos regimes comunistas do Leste Europeu marca uma autêntica cisão histórica e que o mundo de hoje está condicionado pelos efeitos daqueles acontecimentos” (*ibid.*, p. 18).
- ¹⁰ A Guerra Fria passou por quatro etapas: contenção ou expansionismo, distensão, coexistência pacífica e *perestroika* ou cooperação entre sistemas. Esta seqüência mostra uma evolução e uma lógica que vai em direção à sua própria dissolução no que se refere a seu caráter confrontador. Uma análise mais detalhada mostraria como a *perestroika* já estava desgastando “o clima de Guerra Fria” e que não necessariamente tinha de desembocar em fracasso. Hoje o mundo teria outro aspecto se o socialismo soviético tivesse resistido, ao menos uns anos mais, pelo menos para evitar sua repentina transformação, brutal e traumática, em economia de mercado. Haveria outra leitura da história se a Guerra Fria tivesse desvanecendo esgotada em si mesma, sem um suposto vencedor. Ainda no caso de uma evolução gradual ao capitalismo, a história da Rússia e do mundo seria hoje outra coisa.
- ¹¹ É interessante constatar como o próprio Hobsbawm, apenas cinco anos depois de publicar seu livro, revela ter muito mais dúvidas que no momento de escrevê-lo: “Fixar 1991 como o final do século “breve” foi uma escolha mais pessoal que o estabelecimento de seu início em 1914 [...] aquela não era a única possibilidade. Em certo sentido, escolhi essa data por razões de conveniência [...]. Não é possível dizer quando terminou um período a não ser muito tempo depois [...]. Tudo isso torna muito difícil dizer se já saímos do breve século XX.” Mesmo que pouco mais adiante parecesse contradizer-se:

“É certo que em muitos aspectos já podemos dizer que vivemos no novo século”; cf. *Entrevista del siglo XXI*, cit., pp. 16-18. Antonio Polito realizou a entrevista em 1999.

¹² Marc Nouschi, *Historia del siglo XX: todos los mundos, el mundo* (Madri: Cátedra, 1996).

¹³ *Ibid.*

¹⁴ Lamentavelmente, não é usual que os historiadores sustentem com rigor esse critério. Outras obras importantes sobre o século XX apareceram publicadas antes que ele terminasse, *Historia Oxford del siglo XX* (Barcelona: Planeta, 1999); R. Bulliet, *The Columbia History of the 20th Century* (Nova York: Columbia University Press, 1998); M. Gilbert, *A History of the Twentieth Century*, 3 vols. (Londres: Collins, 1997-1999). Tampouco observa-se tal precaução nas obras que circularam em nosso meio. A edição espanhola do livro de Nouschi é de 1996,

sendo o original em francês de 1995. O de Brower, *Historia del mundo contemporáneo 1900-2001* (Madri: Prentice Hall) é de 2002, mas não inclui os atentados de 11 de setembro e, além disso, faz o século começar equivocadamente em 1900. O de Fuentes e La Parra, do mesmo ano de edição, inclui o 11 de setembro, mas soma-se a Hobsbawm ao considerar “os dois grandes acontecimentos inaugurais do novo século: a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa” (Fuentes & La Parra, *Historia universal del siglo XX. De la Primera Guerra Mundial al ataque a las Torres Gemelas* (Madri: Síntesis, 2002).

¹⁵ A partir de sua independência, prevaleceu na história dos Estados Unidos a idéia de “missão”, “destino” a cumprir, que se expressa como o desejo de “transformar” o mundo, de organizá-lo segundo suas idéias e seus ideais. Não deixa de funcionar como fundamentação ideológica de sua estratégia imperialista.